

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE
CONCURSO PÚBLICO
CARGO: AUDITOR DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÃO 1

Em relação aos conceitos de Contabilidade, analise os itens a seguir:

- I. De acordo com o I Congresso Brasileiro de Contabilistas, de 1924, Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro, relativos à administração econômica
- II. A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação, destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização
- III. A Contabilidade é uma ciência exata, que trata de um patrimônio que envolve um conjunto de pessoas, dentro de uma sociedade, com implicações internas e externas, dado que variações nesse patrimônio afeta de alguma forma o meio, em que está inserido
- IV. Contabilidade é a ciência que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico, decorrente da gestão da riqueza patrimonial

Analisados os itens acima é **correto** afirmar que:

- a) Apenas o item I está incorreto
- b) Apenas o item II está incorreto
- c) Apenas o item III está incorreto
- d) Apenas o item IV está incorreto

QUESTÃO 2

Em se tratando dos Princípios de Contabilidade, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio, como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular, no universo dos patrimônios existentes, independentemente, de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição, de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição
- b) Ainda sobre o Princípio da Entidade, o patrimônio pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos resulta em nova ENTIDADE, e não numa unidade de natureza econômico-contábil
- c) O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos, necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais

- d) O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade, na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

QUESTÃO 3

Em relação ao patrimônio, analise os itens a seguir:

- I. Os bens e direitos do patrimônio são localizados, na representação patrimonial, à direita e, também, são denominados de ativo
- II. Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos que vão ocorrer, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos
- III. Bem é tudo aquilo que pode ser objeto de direito e é suscetível de ser utilizado e apropriado. São “itens” de propriedade da entidade, ou seja, a entidade possui o domínio sobre eles e são passíveis de avaliação monetária
- IV. Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade

Analisado os itens acima é **correto** afirmar que:

- a) Apenas o item I está correto
- b) Apenas o item II está correto
- c) Apenas o item III está correto
- d) Apenas os itens III e IV estão corretos

QUESTÃO 4

Fazendo a representação abaixo, apure a situação líquida no seguinte caso:

A Empresa Silver & Rodriguez tem as seguintes contas e valores:

Caixa	R\$ 50.000,00
Móveis e Utensílios.....	R\$ 12.000,00
Máquinas.....	R\$ 24.000,00
Salários a pagar.....	R\$ 3.000,00
Duplicatas a pagar.....	R\$ 2.500,00
Veículos.....	R\$ 18.000,00
Impostos a pagar.....	R\$ 3.200,00

Marque o item CORRETO em relação ao que se pede no enunciado:

- a) Situação Líquida Positiva em R\$ 93.500,00
- b) Situação Líquida Positiva em R\$ 104.000,00
- c) Situação Líquida Positiva em R\$ 95.300,00
- d) Situação Líquida Positiva em R\$ 96.400,00

QUESTÃO 5

O método das partidas dobradas teve rápida difusão e foi, universalmente, aceito e adotado, sendo hoje considerado um dos pilares da contabilidade moderna. Ele foi descrito pela primeira vez em 1494, na Itália, pelo frade Luca Pacioli no livro “*Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità*” que fala sobre um tratado da contabilidade. Em um dos capítulos, ele enfatiza que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos. Em relação ao tema é INCORRETO afirmar que:

- a) Este método reza que em cada lançamento, o valor total lançado nas contas a débito deve ser sempre igual ao total do valor lançado nas contas a crédito

- b) Ou seja, não há devedor sem credor correspondente. A todo débito corresponde um crédito de igual valor e vice-versa. Se aumentar de um lado, deve, conseqüentemente aumentar do outro lado também
- c) Cada transação financeira é registrada na forma de entradas em apenas duas contas, nas quais o total de débitos deve ser igual ao total de créditos
- d) Sua premissa é de que a condição financeira e os resultados das operações de uma empresa ou organização são melhores representadas por diversas variáveis, chamadas contas, em que cada uma reflete um aspecto em particular do negócio como um valor monetário

QUESTÃO 6

As alterações ocorridas na legislação contábil, visando à adequação às normas internacionais, que possibilita tratamento global das informações contábeis, promoveram significativas alterações na estrutura do balanço patrimonial e passou a exigir atenção redobrada por partes dos gestores e profissionais ligados a área contábil, pois implicará em mudança de postura deixando o antigo legado de rotinas padronizadas e normatizadas para uma nova postura fundamentada em princípios e capacidade de julgamento. NÃO pode ser considerada como uma das alterações na legislação e que impactou na estrutura do balanço patrimonial:

- a) A inclusão feita na legislação com a criação, no ativo e no passivo, do subgrupo “não-circulante”
- b) A exclusão do “Intangível” no subgrupo Não Circulante
- c) A eliminação do grupo “permanente”
- d) Criação da conta de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”

QUESTÃO 7

O Estado tem como competência a gerência dos seus recursos financeiros para garantir as necessidades sociais de sua população. O Estado realizará a gestão destes recursos, a fim de poder utilizá-los com despesas que visam sanar as necessidades públicas. Lembramos que, a finalidade essencial do Estado Brasileiro é a realização do bem comum. Em relação a atividade financeira do Estado, analise os itens abaixo:

- I. O ramo do Direito Público Interno que organiza as finanças públicas é o Direito Tributário
- II. O Direito Tributário é o Gênero do qual o Direito Financeiro é a Espécie
- III. Por atividade financeira do Estado entende-se, o conjunto de atos que o Estado pratica na obtenção, na gestão e na aplicação dos recursos financeiros de que necessita para atingir seus fins
- IV. Receita é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada, mediante atividade administrativa, plenamente vinculada

Analisados os itens é **correto** afirmar que:

- a) Apenas os itens I e III estão corretos
- b) Apenas o item I está correto
- c) Apenas o item III está correto
- d) Apenas os itens II, III e IV estão corretos

QUESTÃO 8

Ainda, em relação às Finanças Públicas, marque o item INCORRETO, em relação ao que versa a Constituição Federal de 1988:

- a) A competência da União para emitir moeda será exercida, exclusivamente pelo Banco Central
- b) O Banco Central só poderá conceder empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade, que não seja instituição financeira
- c) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros

d) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em Lei

QUESTÃO 9

De acordo com o que versa a Lei Federal nº 4320/64, em seu artigo 2º, § 1º e seus incisos I, II, III e IV; marque o item que NÃO corresponde a uma parte integrante da Lei do Orçamento:

- a) Sumário geral da receita por funções e da despesa por órgãos do Governo
- b) Quadro demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº 1
- c) Quadro discriminativo da receita, por fontes e respectiva legislação
- d) Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração

QUESTÃO 10

A Dívida Ativa da União é composta por todos os créditos desse ente, sejam eles de natureza tributária ou não-tributária, regularmente inscritos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela Lei ou por decisão proferida em processo regular. Quando esgotado o prazo fixado para pagamento, pela Lei ou por decisão final proferida, em processo regular de crédito da entidade pública, ocorre a ação de cobrança para o cumprimento da determinada obrigação, ou seja, o crédito devido, não importando a sua natureza. Em relação ao tema, marque o item CORRETO:

a) A inscrição em Dívida Ativa é ato, exclusivamente administrativo, que visa legitimar a origem do crédito em favor da Fazenda Pública, revestindo o procedimento dos necessários requisitos jurídicos para as ações de cobrança

- b) É atribuição do órgão responsável pelo crédito, após o encaminhamento para inscrição, reconhecer o valor como direito em seu Ativo, pois somente poderão ser encaminhados para inscrição em Dívida Ativa, os créditos vencidos, posteriormente reconhecidos e registrados no Ativo do Ente Público
- c) O conjunto de procedimentos que culminará na inscrição em Dívida Ativa tem origem em um crédito, anteriormente reconhecido a favor da União, de origem, exclusivamente tributária, registrado contabilmente, no órgão ou entidade originárias do crédito
- d) Os créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos devem ser, contabilmente discriminados dos demais, seja de origem tributária ou não tributária

QUESTÃO 11

O tributo se distingue da penalidade, exatamente, porque esta tem como hipótese de incidência, um ato ilícito, enquanto a hipótese de incidência de tributo é, sempre algo lícito. Diante dessa afirmativa e levando em consideração a doutrina e a legislação brasileira, sobre o assunto, é INCORRETO afirmar que:

- a) Conclui-se, por isto, que um rendimento auferido em atividade ilícita não está sujeito ao tributo e que admitir a tributação de tal rendimento seria admitir a tributação do ilícito
- b) Quando se diz que o tributo não constitui sanção de ato ilícito, isto quer dizer que a lei não pode incluir, na hipótese de incidência tributária o elemento ilicitude. Não pode estabelecer, como necessária e suficiente, a ocorrência da obrigação de pagar um tributo, uma situação que não seja lícita
- c) Todavia, um fato gerador de tributo pode ocorrer em circunstâncias ilícitas, mas essas circunstâncias são estranhas à hipóteses de incidência do tributo, e por isso mesmo, irrelevantes do ponto de vista tributário

- d) Demonstrando o dito acima, tomemos o exemplo do imposto de renda: alguém percebe rendimento decorrente da exploração do lenocínio ou de casa de prostituição, ou de jogo de azar, ou de qualquer outra atividade criminosa ou ilícita. O tributo é devido. Não que incida sobre a atividade ilícita, mas porque a hipótese de incidência do tributo, no caso, que é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica dos rendimentos, ocorreu

QUESTÃO 12

As leis que compõem o Sistema Orçamentário Brasileiro são os meios de planejamento, orientação e execução do Plano de Ação do Governo. Todas elas são de aprovação obrigatória pelo Congresso Nacional e organizam o Orçamento Público para que o Governo implemente suas Políticas Públicas, por meio de seus Programas de Governo. Assinale o item INCORRETO, em relação aos atos de natureza orçamentária que constam do Sistema Orçamentário:

- a) Empenho de Despesas
- b) Previsão de Receita
- c) Fixação de Despesas
- d) Despesas Correntes

QUESTÃO 13

O tributo traz características essenciais inerentes ao seu próprio conceito. Analise os itens abaixo sobre o assunto:

- I. prestação : objeto da obrigação tributária é o ato de prestar, ou seja, realizar o pagamento
- II. pecuniária : pecúnia significa dinheiro. Então tributo é uma prestação, em dinheiro
- III. compulsória : tem que ser pago no vencimento, sob pena de multas e outras penalidades
- IV. que não constitua sanção de ato ilícito
- V. instituída em Lei

- VI. cobrada, mediante atividade jurisdicional do Estado: vale dizer, submetida ao império da Lei, sem arbitrariedade por parte do fisco

Analizados os itens é **correto** afirmar que:

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Apenas os itens III e V estão incorretos
- c) Apenas os itens III e VI estão incorretos
- d) Apenas os itens III e VI estão corretos

QUESTÃO 14

A Constituição Federal, no artigo 165, § 6º, estabelece que o “Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia”, expressando a aplicação do princípio da transparência das contas governamentais. Em relação ao tema é INCORRETO afirmar que:

- a) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo, que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado
- b) Além da preocupação com a eficiência na instituição, previsão e arrecadação de tributos, a LRF estabeleceu condições e limites para a renúncia de receitas tributárias, certamente atenta para o fato de que, também, nesta seara ocorrem excessos, nem sempre em consonância com o interesse público
- c) A Lei de Responsabilidade Fiscal não veda a concessão de benefícios fiscais. O que se quer evitar é que a concessão de tais benesses venha a comprometer a efetivação das receitas previstas no orçamento e em consequência gerar déficits (despesa maior que a receita);

- d) Se o benefício fiscal foi considerado na estimativa de Receita da Lei Orçamentária, haverá risco de déficit, pois a despesa não terá sido fixada já levando em conta a perda de receita

QUESTÃO 15

Qualquer ato que importe renúncia de receita deve ser precedido de minucioso estudo e planejamento, de modo a identificar as consequências imediatas e futuras sobre a arrecadação e indicar as medidas de compensação cabíveis. Não há mais espaço para improvisações ou soluções simplistas. Marque o item INCORRETO em relação aos pressupostos para a renúncia de receitas, de acordo com o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) Adoção de medidas de compensação no exercício em que deva iniciar a vigência da renúncia e nos dois seguintes; importante esclarecer que as medidas deverão ser implantadas, logo após a edição do ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício fiscal
- b) Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada, na estimativa de Receita da Lei Orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO
- c) Atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias
- d) Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a vigência da renúncia e nos dois seguintes

QUESTÃO 16

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela empresa e que não transitaram pelo resultado, como receitas, destinados para reforço do Capital Social. As Reservas de Capital têm sua utilização regulada pela Lei e NÃO poderão ser utilizadas para:

- a) Resgate de partes beneficiárias
- b) Pagamento de prêmios e bônus a acionistas
- c) Incorporação ao capital social
- d) Resgate, reembolso ou compra de ações

QUESTÃO 17

A avaliação pelo valor justo é aplicada a instrumentos financeiros e títulos de crédito (art. 183 § da Lei nº 6.404/76). Marque a opção INCORRETA em se tratando do que considera-se valor justo:

- a) Das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no Mercado
- b) Dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização, mediante venda no Mercado, somados os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro
- c) Dos investimentos, o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros
- d) Dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória, realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro

QUESTÃO 18

A auditoria contábil é um conjunto de atividades técnicas e procedimentos, exercidas de forma sistematizada numa entidade, compreendendo a avaliação e exame dos procedimentos e das operações praticadas, com vistas a apurar a exatidão dos registros contábeis e a realidade das operações, e sobre estes emitir uma opinião. Sobre o assunto, analise os itens a seguir:

I. O objetivo principal da Auditoria Contábil consiste em verificar se as demonstrações contábeis refletem, adequadamente, a situação patrimonial, financeira e econômica das empresas

II. O planejamento dos trabalhos de auditoria deve ser documentado pelo

auditor, a quem também cabe preparar programas de trabalho por escrito, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade e extensão

- III. Sob o aspecto administrativo, os reflexos da Auditoria Contábil sobre o Patrimônio, se traduzem no reflexo do resguardo de créditos de terceiros, contra fraudes e dilapidações
- IV. Os programas de auditoria devem ser detalhados de forma a servir como guia e meio de controle de sua execução
- Analizados os itens é correto afirmar que:
- a) Todos os itens estão corretos
 - b) Apenas o item II está incorreto
 - c) Apenas o item III está incorreto
 - d) Apenas o item IV está incorreto

QUESTÃO 19

Os procedimentos de auditoria são as ferramentas técnicas, das quais o auditor se utiliza para a realização de seu trabalho, consistindo na reunião das informações possíveis e necessárias e avaliação das informações obtidas, para a formação de sua opinião imparcial. Marque o item em que NÃO constam técnicas de auditoria, utilizadas para se obterem as provas necessárias com vista a conclusão dos trabalhos e formação de opinião de um auditor:

- a) Exame dos documentos originais, Conferência dos Cálculos e Exame de Escrituração
- b) Confirmação, Inquérito, investigação minuciosa e Observação
- c) Exame físico, correlação das informações obtidas e exame de registros auxiliares
- d) Catalogação, análise e contagem de estoques e relatórios administrativos

QUESTÃO 20

Em se tratando de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, associe os incisos abaixo, com as definições indicadas:

- I. Fato Gerador
- II. Função
- III. Base de Cálculo
- IV. Alíquota
- V. Lançamento

() Dependerá de cada produto industrializado, descrito na tabela do imposto (TIPI) O valor do ICMS integra a base de cálculo do IPI

() Precipuamente extrafiscal, pois seletivo em função da essencialidade do produto industrializado, apenas, de possuir importante função fiscal

() Precipuamente extra fiscal, pois seletivo em função da essencialidade do produto industrializado, apenas de possuir importante função fiscal

() Por homologação

() Poderá ser: i) o desembaraço aduaneiro do produto de procedência do exterior; ii) a saída do produto industrializado do estabelecimento do industrial; ou iii) a arrematação do produto apreendido ou abandonado levado a leilão

Associadas, temos como resposta a sequência:

- a) III, II, IV, V e I
- b) II, III, I, V e IV
- c) IV, V, II, III e I
- d) III, IV, II, V e I

QUESTÃO 21

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é uma contribuição federal brasileira, de natureza tributária, incidente sobre a Receita Bruta, das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social, a qual abrange a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social. A autorização constitucional para a criação da COFINS, contribuição incidente sobre a Receita Bruta e destinada à Seguridade Social, está centrada na alínea “b” do inciso I do artigo 195 da Constituição Federal (CF). Em

relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, analise os itens a seguir:

- I. São contribuintes da COFINS, as pessoas jurídicas de Direito Privado em geral, inclusive as pessoas a elas equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, inclusive as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional
- II. São contribuintes da COFINS as pessoas jurídicas de Direito Público e Privado em geral, inclusive as pessoas a elas equiparadas pela legislação do Imposto de Renda
- III. A alíquota geral é de 2% (a partir de 01.02.2001) ou 7,6% (a partir de 01.02.2004), na modalidade não cumulativa. Entretanto, para determinadas operações, a alíquota é diferenciada
- IV. Nas pessoas jurídicas que tenham filiais, a apuração e o pagamento das contribuições serão efetuados, obrigatoriamente, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz

Analizados os itens, é **correto** afirmar que:

- a) Apenas o item I está incorreto
- b) Apenas o item II está incorreto
- c) Apenas o item III está incorreto
- d) Apenas o item IV está incorreto

QUESTÃO 22

Em sentido amplo, Receita Pública é o recolhimento de bens aos cofres públicos, sendo sinônimo de ingresso ou entrada e que se dividem em receitas orçamentárias e extraorçamentárias. A matéria pertinente à receita é disciplinada, em linhas gerais, pelos artigos. 3, 9, 11, 35 e 57 da Lei no 4.320, de 1964. NÃO representa um ingresso extraorçamentário, nos cofres do Estado:

- a) Depósitos em caução
- b) Emissão de moeda
- c) Operações de crédito
- d) Fianças

QUESTÃO 23

Falando acerca de Competência Tributária, analise os seguintes itens abaixo:

- I. A competência tributária esgota-se na Lei. Depois que esta for editada, não há mais que falar em competência tributária, mas, somente, em capacidade tributária ativa
- II. A competência tributária privativa ocorre quando a entidade política que recebe o poder de decretar determinado tributo é uma única, não se admitindo que outra entidade política atinja tal área, ficando com competência idêntica
- III. A competência tributária é de exercício facultativo
- IV. No caso de um dos entes políticos não exercer a sua faculdade para instituir os tributos, nenhum outro ente poderá tomar o seu lugar

Analizados os itens abaixo é **certo** afirmar que:

- a) Todos os itens estão incorretos
- b) Todos os itens estão corretos
- c) Apenas o item I está incorreto
- d) Apenas o item IV está incorreto

QUESTÃO 24

A expressão “Poder de Polícia” orienta-se no sentido do interesse público, tendo como objeto assegurar o bem-estar geral, intervindo na liberdade individual, através da adoção de normas limitadoras, necessárias ao bem da comunidade. Abrange, pois, conforme atesta Themístocles Brandão Cavalcanti, “todas as restrições impostas pelo Poder Público aos indivíduos, em benefício de interesse coletivo, saúde, ordem pública, segurança e, ainda mais, os interesses econômicos e sociais”. Para fins tributários, são objetivos de interesse público elencados por Lei, com exceção de:

- a) Segurança
- b) Ordem
- c) Educação
- d) Respeito à propriedade

QUESTÃO 25

O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006. NÃO é uma das características principais do regime do Simples Nacional:

- a) Impossibilidade de os Estados adotarem sublimites para EPP's em razão da respectiva participação no PIB
- b) Ser facultativo
- c) Ser irretratável para todo o ano-calendário
- d) Abranger os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP)

QUESTÃO 26

O trabalho de planejamento de uma Auditoria Interna compreende os exames iniciais das áreas, atividades e processos, para demarcar parâmetros de amplitude e tempo na realização do trabalho, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração. Identifique nos itens abaixo quais fatores são relevantes e devem ser considerados, na execução do trabalho de planejamento:

- I. Mão de obra de especialistas
- II. Ter ciência da missão e objetivos estratégicos da entidade
- III. Velocidade da informação
- IV. Grau de importância da área a ser auditada

Analizados os itens acima é **correto** afirmar que:

- a) Apenas o item I possui fator relevante para o trabalho de planejamento
- b) Apenas o item III possui fator relevante para o trabalho de planejamento
- c) Apenas os itens I e IV possuem fatores relevantes para o trabalho de planejamento

- d) Apenas os itens I e II possuem fatores relevantes para o trabalho de planejamento

QUESTÃO 27

A Resolução 750/93 – CFC, consagrou no corpo do artigo 3º, os sete Princípios Fundamentais de Contabilidade, que a posteriori, se intitulariam, apenas, de Princípios de Contabilidade. A Resolução 1.282/10 – CFC, além da alteração do título dos Princípios de Contabilidade, excluiu um dos princípios. Marque o item onde consta o título do princípio excluído:

- a) Entidade
- b) Atualização Monetária
- c) Continuidade
- d) Registro pelo Valor Original

QUESTÃO 28

O processo administrativo tributário, também denominado de ação fiscal, ou processo administrativo fiscal, caracteriza-se pelo conjunto de atos interligados, vinculados, nos quais o Agente Administrativo fica obrigado a agir de acordo com o que determina a legislação de que trata da matéria, onde se encontra o fundamento do Processo Administrativo Fiscal?

- a) No artigo 5º da CF/88, no Código Civil e na legislação específica de cada Ente
- b) No Código Civil e na legislação específica de cada ente
- c) No artigo 5º da CF/88, no Código Tributário Nacional e na legislação específica de cada Ente
- d) No Código Tributário Nacional e no Código Civil

QUESTÃO 29

O Grupo Resultado de Exercícios Futuros é apresentado no Balanço Patrimonial, entre o Passivo Exigível e o Patrimônio Líquido, sendo composto das receitas já recebidas pela empresa, deduzidas dos custos e despesas correspondentes incorridos ou a incorrer, que, efetivamente serão reconhecidas em períodos futuros por estarem associadas a algum evento futuro

ou à fluência do tempo e sobre as quais não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da empresa (art. 181 da Lei nº 6.404/76). Sobre o tema, analise os itens a Seguir:

- I. Nesse grupo não deverão constar os valores recebidos que se referem a transações que afetarão o patrimônio no exercício seguinte, que não serão, em hipótese alguma, devolvidos pela empresa e nem representem obrigação qualquer de sua parte de entregar bens ou serviços
- II. Uma receita é considerada como de exercício futuro, quando corresponder a recebimento antecipado que, efetivamente, contribuirá para a formação de resultado de exercício futuro
- III. Uma receita é considerada como de exercício futuro quando o valor assim recebido, não for passível de devolução pela empresa, nem estiver vinculado a futuro fornecimento de bens ou prestação de serviços;
- IV. Na obtenção de receitas de exercícios futuros, a empresa não deverá dispensar tratamento similar aos custos correspondentes a tais receitas, ou seja, registrá-los, também, no Grupo "Resultados de Exercícios Futuros" como conta redutora da respectiva receita

Analisados os itens é correto afirmar que:

- a) Apenas os itens I e IV estão incorretos
- b) Apenas os itens II e III estão incorretos
- c) Apenas os itens I e II estão incorretos
- d) Apenas os itens II e III estão incorretos

QUESTÃO 30

Cisão é a operação, pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas, para esse fim, ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a cisão (art. 229 da Lei

6.404/76). Em relação à Cisão, marque o item CORRETO:

- a) Os procedimentos legais previstos para Cisão, estão descritos à parte e diferenciados dos da Fusão e da Incorporação
- b) Os processos de Cisão são restritos às Sociedades por Ações
- c) A cisão poderá ser parcial ou total. Será parcial quando for feita a transferência de parte do patrimônio (art. 229), ao passo que, sendo transferido todo o patrimônio, ocorrerá a cisão total, extinguindo a sociedade cindida, nos termos do art. 219, II da Lei 6.404/76
- d) Tratando-se de cisão com versão de parcela de patrimônio em sociedade já existente, a operação obedecerá as disposições referentes à Fusão (art. 227 da LSA)

QUESTÃO 31

Na fusão, dois ou mais corpos sociais se unem, extinguindo-se e criando uma nova sociedade. Esta sociedade criada sucederá todos os direitos e obrigações das sociedades fundidas (consoante o artigo 228). Em relação a Fusão é INCORRETO afirmar que:

- a) Assim como na incorporação, ocorre a soma dos patrimônios societários e dos sócios quotistas e/ou acionistas. A grande diferença é que, na incorporação, esse somatório se dá a bem de uma das sociedades (a incorporadora), que assumirá todo patrimônio e os sócios da incorporada
- b) Na operação de fusão, as sociedades somam-se a bem da constituição de uma terceira sociedade. Somam-se, tanto o patrimônio ativo e passivo, quanto as coletividades sociais, ou seja, os sócios quotistas/acionistas, a bem de um novo corpo social, extinguindo-se as nomeações anteriores

- c) Assim como na incorporação, antes da fusão deverá ser elaborado um protocolo entre as sociedades que serão fundidas, onde deverão constar todas as informações sobre a operação
- d) Só podem ser fundidas sociedades de tipos iguais, conforme o artigo 223 da Lei 6.404/76. A sociedade que se formar como fruto da cisão poderá tomar qualquer tipo societário, ainda que diferente do tipo das sociedades que se fundiram

QUESTÃO 32

A Contribuição de Melhoria é um tributo instituído pelo Decreto-Lei 195 e pelo CTN, que na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 está disposta no seu art. 145, III. É aplicada em vários países, destacando-se três sistemas básicos de cobranças: Sistema de custo, sistema de valorização e sistema misto, todavia, é um tributo de aspecto quantitativo simplificado, já que não possui base de cálculo e não deve ser confundido com a taxa e com o IPTU com alíquota diferenciada pela localização do imóvel. A Lei prevê a contribuição de melhoria por tipos de obras realizadas e que propiciem valorização do imóvel. Marque o item onde NÃO consta um tipo de obra prevista em Lei, no caso de cobrança da contribuição de melhoria:

- a) Instalação de unidades policiais, reforçando o sistema de segurança local
- b) Abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas
- c) Construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema
- d) Construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos

QUESTÃO 33

O nível de detalhamento da escrituração contábil deve estar alinhado às necessidades de informação de seus usuários. Nesse sentido, esta Interpretação não estabelece o nível de detalhe ou mesmo sugere um plano de contas a ser observado. O detalhamento dos registros contábeis é diretamente proporcional à complexidade das operações da entidade e dos requisitos de informação a ela aplicáveis e, exceto nos casos em que uma autoridade reguladora assim o requeira, não devem necessariamente observar um padrão pré-definido. Marque o item INCORRETO em relação à escrituração contábil:

- a) Deve ser executada em idioma nacional e/ou idioma pátrio dos sócios da Empresa
- b) Em ordem cronológica de dia, mês e ano
- c) Em forma contábil
- d) Com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras ou emendas

QUESTÃO 34

O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, de competência dos Municípios, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana do Município. Em relação ao tema, analise os itens abaixo:

- I. A Lei Municipal pode considerar urbanas, as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos especificados acima
- II. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título

- III. Na determinação da base de cálculo, se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade
- IV. Sua alíquota varia de um Município para outro, sendo admissível, sua progressividade após a edição da Emenda Constitucional 29/2000

Analisados os itens é correto afirmar que:

- a) Apenas o item I está incorreto
- b) Apenas o item II está incorreto
- c) Apenas o item III está incorreto
- d) Apenas o item IV está incorreto

QUESTÃO 35

Com relação ao Ativo Não Circulante Intangível, e os bens que podem ser registrados como tais, marque a opção INCORRETA:

- a) Marcas
- b) Patentes
- c) Softwares
- d) Direitos de franquia

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Onça-pintada e muito mais

Dos animais que todo mundo quer ver na Amazônia, a onça-pintada é o mais cobiçado. É também o mais difícil de ser avistado – mesmo porque ela foge da presença humana. Em Manaus, o Centro de Instrução de Guerra na Selva mantém um zoológico na Estrada da Ponta Negra, onde as onças são vistas do alto de uma passarela. E tem mais: macacos, jacarés, cotias, pássaros de belas plumagens, cobras, entre 285 animais de 56 espécies da família local.

Revista Veja

Com base no microtexto, responda ao que se pede.

QUESTÃO 36

O objetivo do microtexto é

- a) tornar o Centro de Instrução de Guerra na Selva mais conhecido.
- b) mostrar a dificuldade de se ver uma onça-pintada.
- c) engrandecer o zoológico da Estrada da Ponta Negra.
- d) mostrar as belezas da fauna amazônica para incrementar o turismo.

QUESTÃO 37

Os substantivos **cobras, jacarés e cotias**, quanto ao gênero, são classificados como

- a) sobrecomuns.
- b) comuns-de dois.
- c) epicenos.
- d) regulares.

QUESTÃO 38

Fazem o plural como **onça-pintada**, todos os substantivos da alternativa

- a) guarda-civil / água-viva / leão-marinho.
- b) saca-rolha /bota-fora / sem-terra.
- c) amor-perfeito /ave-maria /grão- duque.
- d) cata- piolho / estrela- d'alva / fac-símile.

QUESTÃO 39

[...] **é o mais cobiçado**. O adjetivo está no grau

- a) positivo normal.
- b) comparativo de superioridade.
- c) superlativo relativo.
- d) superlativo absoluto.

QUESTÃO 40

[...] **ela foge da presença humana**. Quanto à regência, o verbo desta oração é

- a) transitivo direto.
- b) intransitivo.
- c) bitransitivo
- d) transitivo indireto

QUESTÃO 41

A tabela a seguir apresenta a variação do número de clientes que almoçaram em um restaurante em relação ao dia anterior durante a sua primeira semana de funcionamento:

Primeira semana	Número de clientes
Domingo	?
Segunda-feira	Aumentou 20%
Terça-feira	Diminuiu 25%
Quarta-feira	Aumentou 50%
Quinta-feira	Igual ao da quarta-feira
Sexta-feira	Aumentou um terço
Sábado	Igual ao da sexta-feira

Se o número total de clientes dessa primeira semana foi igual a 564, então o número de clientes que almoçaram no restaurante, no dia de sua inauguração, foi igual a

- a) 40;
- b) 50;
- c) 60;
- d) 70.

QUESTÃO 42

Se Josefa for designada como Diretora, qual é o número total de pessoas que permanecem em condições de serem escolhidas como vice?

- a) 0;
- b) 1;
- c) 2;
- d) 3.

QUESTÃO 43

Qual das seguintes combinações de designação é possível:

- a) Francisco como vice-diretor e William como coordenador de Pós-Graduação;
- b) Francisco como vice-diretor e Ernesto como coordenador de Pós-Graduação;
- c) Joana como vice-diretora e Ernesto como coordenador de Pós-Graduação;
- d) Ernesto como vice-diretor e Francisco como coordenador de Pós-Graduação;

QUESTÃO 44

Observe a seqüência a seguir:

132, 126, 120, 114, 108, ...

O próximo termo é:

- a) 102;
- b) 96;
- c) 98;
- d) 100.

QUESTÃO 45

Uma Empresa tem três qualificações de funcionários, os de nível fundamental, médio e superior. O número de funcionários de nível fundamental é 25; de nível médio, 65; de nível superior, 10. Sabendo-se que a média salarial dos funcionários de nível fundamental é R\$ 720,00, de nível médio R\$ 1230,00 e de nível superior R\$ 5 200,00, é CORRETO afirmar que a média salarial da folha de pagamento da Empresa é

- a) R\$ 2233,55;
- b) R\$ 1920,32;
- c) R\$ 1500,00;
- d) R\$ 1499,50;

QUESTÃO 46

Antonio vendeu a Pedro um objeto, ganhando 20%. Pedro vendeu a Flavio, ganhando 25% por R\$ 15.000,00. Quanto custou a Antonio?

- a) 8.000,00;
- b) 10.000,00;
- c) 11.000,00;
- d) 12.000,00.

QUESTÃO 47

Qual é a capital que, à taxa de 2% ao mês, em 5 meses, produz os juros simples de R\$ 8.000,00.

- a) R\$ 80.000,00;
- b) R\$ 88.000,00;
- c) R\$ 78.000,00;
- d) R\$ 87.000,00;

QUESTÃO 48

Carlos Eduardo colocou metade do seu capital a 5% a.m e a outra metade a 8% a.m, durante 2 meses com juros simples, obtendo um rendimento de R\$ 26.000,00. Determinar o capital total.

- a) 100 mil;
- b) 150 mil;
- c) 200 mil;
- d) 250 mil.

QUESTÃO 49

Uma nota promissória de R\$ 18.000,00 foi descontada por fora, à taxa de 6% a.a, 90 dias antes de seu vencimento. Determinar o desconto sofrido pela mesma:

- a) R\$ 200,00;
- b) R\$ 350,00;
- c) R\$ 250,00;
- d) R\$ 270,00;

QUESTÃO 50

Qual o montante produzido por um capital de R\$ 200.000,00, em regime de juros compostos, à taxa de 10% a.a, em 3 anos?

- a) 266.200,00;
- b) 266.000,00;
- c) 263.600,00;
- d) 262.600,00.

RASCUNHO

